

documentos

Na liquidação do subdesenvolvimento, na edificação do socialismo

# A nossa batalha desenvolve-se nas condições de uma economia de guerra

## — Presidente Samora Machel na abertura da 13.ª Sessão da Assembleia Popular

Ao proceder à abertura da 13.ª Sessão da Assembleia Popular, que se realizou em Maputo, Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, proferiu o seguinte discurso:

Senhores Deputados,  
Senhores membros do Corpo Diplomático,  
Senhores Convidados,  
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Ao darmos início a esta Décima Terceira Sessão da Assembleia Popular saudamos os Deputados deste órgão máximo do poder de Estado da República Popular de Moçambique, representantes legítimos do nosso povo.

A vossa dedicação, o vosso espírito de trabalho árduo e de sacrifício, o vosso heroísmo no combate à fome e à nudez, na luta contra o banditismo armado, são qualidades de verdadeiros servidores do povo. O vosso engajamento na defesa do poder popular é garantia de que sairemos vitoriosos no combate que travamos.

Agradecemos a presença dos membros do Corpo Diplomático e deles queremos saudar os povos e os Governos dos países que representam, certos de que sabermos continuar a desenvolver as relações de amizade, cooperação e solidariedade que unem os nossos Povos e Estados.

Saudamos também os convidados a esta Sessão, cidadãos que representam os mais variados sectores socio-económicos e religiosos da nossa sociedade e de quem já nos é conhecida a tradicional participação activa nos trabalhos da Assembleia Popular.

Ao dirigirmo-nos a esta magna Assembleia queremos recordar a memória dos deputados que faleceram no período decorrido desde a Décima Segunda Sessão da Assembleia Popular.

Prestamos comovida homenagem ao:

— Deputado NEHEMIAS TOMAS JEREMIAS NYAMBIR. Falecido no dia 9 de Setembro de 1984, vítima do acidente de viação. Tinha 27 anos de idade e era responsável pela OJM na província de Sofala desde 1977.

— Deputado ZACARIAS TOMAS. Falecido no dia 6 de Setembro de 1984, em Sofala, em combate, de arma em punho, quando um grupo de banditos armados tentava assaltar a sede do distrito de Marroneu, onde era 1.º Secretário do Comité do Partido e Administrador do Distrito. Tinha 51 anos de idade. ZACARIAS TOMAS foi um combatente na clandestinidade e prisioneiro político nas cadeias da PIDE. Era membro do Comité Central do Partido Frelimo. O seu exemplo de heroísmo e combatividade será sempre recordado na nossa história.

— Deputado AFRICA KULIAO KANHUNGO. Falecido no dia 2 de Abril de 1985, em Tete, na localidade da Casocozate, vítima de doença. Tinha 75 anos de idade. AFRICA KULIAO KANHUNGO, na sua juventude esteve na antiga Abissínia, hoje Etiópia, a combater as tropas fascistas de Mussolini.

Foi um veterano da Luta Armada de Libertação Nacional. Participou activamente na mobilização das populações da sua região, na luta contra o colonialismo português.

Em 1989, com 89 anos de idade, voluntariamente e sem qualquer intuito político-militar em Nachingwea. Após a Independência, soube ganhar ainda mais prestígio e estima pela forma como se destacou nas tarefas da reconstrução nacional.

AFRICA KULIAO KANHUNGO legou uma vida de exemplo a todos nós.

Em memória destes deputados e patriotas moçambicanos, peço que observemos um minuto de silêncio.

Senhores Deputados, Senhores Convidados,

Esta sessão da Assembleia Popular realiza-se catorze meses após a Décima Segunda Sessão. Isto significa que a periodicidade estabelecida não foi cumprida.

Este facto ficou a dever-se à necessidade que tivemos de concentrar os nossos esforços nas tarefas prioritárias do combate à fome e da eliminação do banditismo armado, assim como na frente diplomática.

As medidas fundamentais da política económica que tomámos, obrigaram-nos, uma vez mais, a dirigir os nossos recursos humanos, materiais e financeiros para essas áreas.

Esses condicionamentos que obstaram à realização das sessões da Assembleia Popular com a periodicidade normal, têm impossibilitado também a organização e efectivação das eleições gerais previstas para o corrente ano.

É responsabilidade da Assembleia Popular pronunciarem-se sobre este importante assunto e tomar decisões que permitam, no mais curto espaço de tempo, a criação das condições organizativas para a eleição das As-

sembleias do Povo em todos os escalões.

O nosso povo e o Estado moçambicano estão decididamente engajados na luta pela eliminação do banditismo armado, para a instauração de um clima de paz e tranquilidade no nosso País.

O Povo moçambicano e o seu braço armado, as Forças Armadas de Moçambique (FPLM), têm sabido assegurar a segurança do nosso País.

A batalha económica que travamos tem sido, presentemente, desenvolvida nas condições de uma economia de guerra, exigindo grandes esforços e sacrifícios. E com total empenho que o Povo moçambicano se dedica às tarefas de aumento da produção alimentar e dos bens de consumo necessários ao esforço de defesa da Pátria e à melhoria das condições de vida.

Partimos de uma situação desastrosa resultante da dominação secular do colonialismo sobre o nosso País. Sofremos ainda as sequelas do analfabetismo, ignorância, miséria, exploração e do subdesenvolvimento.

Sofremos na carne, as consequências das agressões do regime racista da Rodésia do Sul e os prejuízos resultantes da aplicação integral das sanções contra a colónia britânica da Rodésia do Sul.

Somos alvo da conspiração imperialista que se traduz na criação, financiamento e direcção do banditismo armado contra o nosso povo, e através de tentativas de acções de bloqueio económico não declarado.

No período que decorreu entre a última e a presente sessão da Assembleia Popular, continuámos a agir no sentido de esclarecer a comunidade internacional quanto à nossa política, às potencialidades e necessidades do nosso País.

Prosseguimos as negociações com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Convenção de Lomé III, que conduziram à adesão da República Popular de Moçambique a essas instituições internacionais.

Concluímos também neste período uma primeira fase de renegociação da dívida externa da República Popular de Moçambique.

Escrutávamos a Lei dos Investimentos Estrangeiros, instrumento importante da definição do regime legal do investimento estrangeiro privado em Moçambique, que será nesta sessão apresentada para ratificação.

Impedidos, neste processo, o bloqueio económico ao nosso País e outras condições favoráveis a um relacionamento de cooperação económico com todos os Estados, independentemente do seu sistema político, económico e social.

O Governo tomou um conjunto de medidas de política económica com vista a estimular a produção para exportação e abastecimento do povo. São designadamente, medidas de descentralização de competências, de in-

trodução de alterações na área dos preços, de definição de novos regimes cambiais e de clarificação do papel das empresas na economia nacional.

Estas medidas destinam-se a dinamizar a economia nacional, a rentabilizar o sector estatal empresarial, a aumentar a produção nos sectores familiar e cooperativo, e a elevar a contribuição do sector privado.

Nas condições de uma economia de guerra, o sucesso dessas medidas exige necessariamente uma Direcção e planeificação estatal forte e eficaz.

Em instabilidade e tensão na zona Austral da África. Baseamos a nossa política externa nos princípios do reforço da Unidade Africana, do Não Alinhamento e da aliança anti-imperialista.

Participamos na Cimeira de S. Tomé e Príncipe, onde através da "Declaração de S. Tomé", nela aprovada, mais uma vez pudemos sentir que a amizade e a solidariedade entre os cinco países se aprofundou através do fortalecimento contínuo da cooperação conjunta.

Efectuámos uma visita de Estado

à URSS e da INDIRA GANDHI, Primeiro-Ministro da República da Índia e Presidente em Exercício do Movimento dos Países Não-Alinhados, eminentes estadistas cuja memória perdurará nos tempos pela sua acção em prol da libertação dos povos e da paz mundial.

Queremos também nesta ocasião, manifestar o profundo pesar do Estado moçambicano, ao Povo e Estado da República Federativa do Brasil pelo recente falecimento do Presidente eleito TANCREDO NEVES.

No mesmo período tivemos a honra

a Comunidade Económica Europeia.

Este processo irá contribuir para aumentar o nível de relacionamento do nosso País com a comunidade internacional, projectar ainda mais a imagem e o prestígio do nosso País no exterior.

Senhores Deputados,

A Décima Terceira Sessão da Assembleia Popular realizou-se nas vésperas do Décimo Aniversário da Proclamação da Independência Nacional.

Este é o momento de fazermos o balanço do que têm sido os dez anos, da nossa Independência, para avaliar-nos as realizações por nós levadas a cabo nas condições mais difíceis. Só com este conhecimento profundo estaremos aptos a entrar, na segunda década da nossa Independência, com a devida consciência do muito que se fez e do muito que ainda resta fazer.

É necessário, que seja dada, nos nossos trabalhos, uma atenção especial ao balanço da realização das semanas comemorativas do Décimo Aniversário da Independência Nacional pelos vários sectores, bem como ao Programa das Celebrações do Décimo Aniversário da Independência Nacional.

No uso da competência atribuída pela Constituição da República à Assembleia Popular, este órgão apreciará o projecto de Resolução de ratificação dos actos legislativos da Comissão Permanente da Assembleia Popular.

A Assembleia apreciará igualmente os projectos de lei do Plano Estatal Central e do Orçamento Geral do Estado para 1985.

Estes são instrumentos fundamentais que orientam a vida económica e social do nosso Estado e que, embora já se encontrem em fase de execução, devem merecer a atenção dos senhores Deputados.

Esta nossa Assembleia Popular é a materialização da vontade soberana do Povo moçambicano que, com a Independência Nacional, lançou no nosso País as bases de um Estado de democracia popular.

Com as primeiras eleições gerais para as Assembleias do Povo em 1977, instalámos o poder popular da base ao topo, criando as condições para que o nosso povo exerça de facto o poder.

A Assembleia Popular constitui a representação suprema em que o Povo moçambicano do Rovuma ao Maputo exerce o poder.

Dotada de um carácter e de métodos populares, a nossa Assembleia tem esboçado e deliberado correctamente sobre questões fundamentais do nosso desenvolvimento.

Foi nesta Assembleia que estruturámos no essencial o Estado de demo-

cracia popular e dotámos as Assembleias do Povo de órgãos executivos.

Nesta Assembleia fizemos da planeificação um meio fundamental de Direcção.

Estabelecemos um novo sistema fiscal.

Estruturámos o sistema bancário.

Definimos as normas de organização e funcionamento do sector estatal empresarial e do exercício da actividade comercial no nosso País.

Foi também nesta Assembleia que decidimos implementar o Sistema Nacional de Educação e "provamos a Democratização dos Direitos da Criança, melhorando o valor inestimável para a criação do Homem Novo moçambicano.

Adoptámos nesta Assembleia deliberações fundamentais para a edificação e reforço das Forças Armadas de Moçambique (FPLM) como forças modernas e potentes, e das demais Forças de Defesa e Segurança.

Neste órgão aprovamos leis básicas para a defesa da nossa economia e da segurança do povo e do Estado Popular.

É, em suma, esta a Assembleia que, na base das orientações do Partido Frelimo, estabeleceu a estratégia global da luta contra o subdesenvolvimento e zela pela sua implementação para que o progresso e o bem-estar do povo sejam realidade na República Popular de Moçambique.

Ao promoverem a execução das deliberações da Assembleia Popular e das demais Assembleias do Povo, os deputados têm sido um vector essencial no reforço da vida nacional e do Estado.

As Assembleias do Povo e os seus deputados tornaram-se a única conquista cultural do nosso povo.

As Assembleias do Povo e os seus deputados tornaram-se a única conquista cultural do nosso povo.

Senhores Deputados,

Estes vão ser dois dias intensos do nosso trabalho, em que estaremos juntos para nos debruçarmos e decidirmos sobre questões da vida do nosso povo e do nosso Estado.

Consciências da elevada responsabilidade da que somos mandatários como representantes de todo o Povo moçambicano, engajemo-nos com dedicação, entusiasmo e criatividade nos trabalhos da Décima Terceira Sessão da Assembleia Popular.

A LUTA CONTINUA!

MUITO OBRIGADO!



O Presidente Samora Machel na abertura da 13.ª Sessão da Assembleia Popular



Um pormenor dos participantes da Assembleia Popular que ontem encerraram os trabalhos.